

“Cada um no seu lugar” : o trabalhador da saúde das décadas de 40 e 50 do século XX

*Muza Clara Chaves Velasques **

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão “utópico” e mesmoo iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenado sem vida, vítimas acidentais. (Thompson, E. P. in A formação da Classe Operária Inglesa)

A produção historiográfica sobre a saúde no Brasil vem se construindo através das pesquisas que tiveram como centro das suas questões o discurso médico e científico por excelência. A história das instituições científicas ligadas à saúde; suas práticas na aproximação ou oposição à organização do Estado; as propostas de ordenação da saúde na relação com os projetos de construção da nação; as análises das práticas médicas e científicas acompanhadas de novas descobertas e discursos; são alguns exemplos de temas e campos de estudos.

No campo da Educação Profissional da Saúde, contar a história da formação do trabalhador sempre significou seguir os marcos institucionais das políticas de governo para esse campo, ou seja, elegeu-se, de forma contumaz, contar uma história da formação dos trabalhadores através de uma cronologia que tratou de organizar os programas de formação profissional instituídos através de decretos e leis.¹

Diante desse quadro, esse texto faz parte das reflexões iniciais de um Núcleo de Pesquisa há pouco instituído,² onde a questão central é construir a história do trabalhador da saúde, sua trajetória, experiências e identidades, buscando retirá-lo do lugar que lhe foi destinado e o cristalizou, ou seja, da invisibilidade diante das histórias produzidas sobre a saúde e a ciência no Brasil. Isto é, reconstruir o seu cotidiano, no desenho de suas trajetórias de trabalho, de vida e de luta, dando a eles uma identidade de classe. Nesse sentido, buscamos resgatar a voz desses trabalhadores, “contar” suas histórias e discutir como suas atuações foram fundamentais para pensarmos os processos de organização do trabalho na saúde e na produção da ciência, analisando, inclusive, as contradições advindas dessas construções.³

* Doutora em História Social pela UFF. Docente-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz.

¹ O resultado dessa reflexão foi apresentado em formato de aula expositiva, no processo seletivo para a minha entrada na EPSJV, em fevereiro de 2011. Nela, discuti a reprodução dos discursos que afirmavam os marcos de análise e mudança nos processos da formação Profissional na Saúde, inclusive em uma literatura especializada, surgida a partir dos anos 80, e que carregava um viés crítico sobre o conceito de *trabalhadores técnicos e politecnicidade* (tendo como base as reflexões de Marx e Gramsci sobre trabalho e educação para o trabalhador). Essa produção também se manteve presa ao campo das representações que elegeram os marcos institucionais - destacando os programas de formação do governo, iniciado com o projeto Larga Escala e continuado com uma sucessão de programas governamentais, tais como, Profae, Profaps, etc.- para contar as disputas e conflitos no campo da formação profissional na saúde e uma história dos trabalhadores técnicos. Entretanto, devemos destacar a tese de Júlio César França Lima, *Política de Saúde e Formação Profissional dos Trabalhadores Técnicos de Enfermagem*(UERJ, 2010) e os trabalhos de Maria Ciavatta, com destaque para a obra *Mediações Históricas de Trabalho e Educação*(2009), que apresentaram um outro olhar na construção de seus objetos de pesquisa, apontando caminhos possíveis para a fabricação de uma *outra* história para trabalhador técnico.

² Como pesquisadora do Laboratório do Trabalho e da Educação Profissional em Saúde (Lateps), da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - EPSJV/Fiocruz, coordeno o recente Núcleo de Memória do Trabalho e do Trabalhador Técnico da Saúde que possui seus objetos de investigação no diálogo com a História Social do Trabalho. Ressalto que o Lateps desenvolvendo pesquisas fundamentais para o entendimento da trajetória e da qualificação dos trabalhadores técnicos da saúde hoje, através das discussões localizadas no campo da sociologia do trabalho e das profissões .

³ Aqui devemos destacar o trabalho realizado pela Casa de Oswaldo Cruz (COC – Fiocruz), que construiu, através dos seus programas de História Oral, um acervo de depoimentos dos trabalhadores de Manguinhos, possibilitando o acesso à diferentes trajetórias de vida e de trabalho. No acervo encontramos depoimentos concedidos, por exemplo, por antigos auxiliares de laboratório e operários do IOC. No entanto, as pesquisas desenvolvidas a partir dessa documentação oral, majoritariamente priorizaram a fabricação de uma história institucional ou da ciência. Foi o historiador Jaime Benchimol que ao produzir uma história de Manguinhos, trouxe à tona a fala dos trabalhadores subalternos. Sobre isso ver : BENCHIMOL, Jaime Larry (coord).

A partir desta proposta maior da pesquisa, realizei um recorte para investigar as transformações nas relações de trabalho e a construção de um “novo tipo” de trabalhador técnico, atuante nos processos de fabricação elaborados pela saúde/ciência no Brasil. Na construção desse estudo, voltei o meu olhar para os trabalhadores de laboratório da Fundação Oswaldo Cruz (antigo Instituto Oswaldo Cruz), microcosmos de nossas primeiras análises. É no período entre 1930 e 1950 que percebi as mudanças, mais aceleradas, que levaram à introdução de uma nova organização do trabalho técnico, onde um novo tipo de saber e cultura do trabalho passaram a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores manuais do IOC. As antigas relações que produziram um saber e um cotidiano de trabalho onde o “técnico de laboratório” mantinha suas tradicionais características de um “faz tudo” dentro de uma realidade local, familiar e “natural”, são paulatinamente substituídas por uma lógica voltada à formalização, ao controle, à produção, e a formação especializada, advinda das novas perspectivas para o espaço de Manguinhos, como espaço de produção, que deveria corresponder às mudanças de diretrizes impostas pelo Estado, no que diz respeito à Saúde.

Logo, procurar escrever essa história, necessariamente significa inscrever-se no diálogo com os estudos sobre a classe operária produzidos pela história social do trabalho, que cada vez mais tem privilegiado *"as ações de sujeitos históricos específicos e a valorizar a análise dos conflitos e embates entre os diversos grupos sociais, mas também os consensos e dissensos internos às classes, as tradições e outros aspectos que conformaram, ao longo do tempo, a cultura dos trabalhadores."*⁴

Isso significa dizer que, esse historiador deve procurar articular

“(…) em um contexto histórico específico e minuciosamente estudado, os elementos culturais – no sentido de sistemas de valores, crenças, moral, atitudes – envolvidos no processo de articulação de identidades e interesses da classe a partir de experiências comuns.”

Manguinhos, do sonho à vida: a ciência na “belle époque”. Rio de Janeiro: Fiocruz; Casa de Oswaldo Cruz, 1990. ; _____; Teixeira, Luís A. Cobras e lagartos e outros bichos: uma história comparada dos institutos Oswaldo Cruz e Butantan. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fiocruz, 1993. E ainda : FERNANDES, Tânia Maria e GAMA-Rosa, Renato. Histórias de pessoas e lugares: Memórias das comunidades de Manguinhos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. Atualmente a pesquisadora do Núcleo de Memória do Trabalho e do Trabalhador Técnico da Saúde do Lateps/EPSJV, Renata Batistela, desenvolve pesquisa sobre a identidade e trajetória dos trabalhadores técnicos do IOC, nas duas primeiras décadas do século XX.

⁴ CECULT . Trabalhadores no Brasil: Identidades, direitos e política :séculos XVII a XX. (Projeto Temático).Unicamp, 2006.

Neste trecho da introdução da obra *Escravidados e Livres: Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*, Marcelo Badaró Mattos⁵ apresenta a perspectiva do historiador E.P. Thompson, na sua proposta de construção de uma história da classe trabalhadora.

Neste sentido, os exemplos da fabricação da história produzido pelo historiador inglês,

“poderiam ser extraídas para análises de classes em situações históricas diferentes da inglesa, focalizada nos estudos de Thompson. Resumindo algumas delas, seria possível listar : a possibilidade de balizar estudos sobre os trabalhadores em um período pré-capitalista/industrial no conceito de lutas de classes, referenciando as abordagens sobre a classe trabalhadora “madura” nos processos históricos específicos de formação e conflito entre as classes; a percepção da heterogeneidade das classes e de seu comportamento coletivo a partir da análise das múltiplas respostas possíveis ao contexto, tanto no nível da consciência quanto da organização e ação coletivas; a obrigatoriedade de encarar-se a classe não apenas a partir do *locus* da produção, mas também nos ambientes de moradia e sociabilidade , ou seja, na comunidade; a exigência para o estudioso de compartilhar referenciais interpretativos da História com conceitos e métodos de outras ciências sociais ao trabalhar com noções como as de cultura, tradição, costumes e comunidade.⁶

Mas, de qual trabalhador realmente estamos tratando afinal? Segundo Neville Kirk⁷,

⁵ MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

⁶ Mattos, Marcelo Badaró. *Op cit* p 31-30.

⁷ Kirk, Neville. *Cultura: costume, comercialização e classe*. Batalha, Claudio H.M (org) *Cultura de classes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

(...) Nem a classe trabalhadora nem qualquer outra classe social será jamais um ente completamente unido e indiferenciado, fixo e congelado no tempo. A bem da verdade, de um ponto de vista estrutural, a diversidade é um dado independente da vontade humana, devido à simples existência da – crescente sofisticada – divisão do trabalho (inclusive a divisão sexual do trabalho) e às variações em torno de renda, habilidade profissional e daí por diante, no meio operário. Contudo, vale a pena nos recordarmos de que, por si mesmas, tais funções estruturais da diferença não ocasionam desuniões e conflitos. (...)

O trabalhador em questão é aquele visto como “subalterno”⁸ nos processos de construção de conhecimento, nos discursos e nas práticas do campo em estudo. O termo “subalterno” deve ser lido de forma bastante abrangente, no sentido da identificação dos trabalhadores que dentro de uma hierarquia das funções e profissões, da época, não faziam parte dos grupos que estavam à frente das decisões administrativas ou da pesquisa científica, estes, em sua maioria, eram médicos ou “homens das ciências”. Além disso, *ossos* trabalhadores estavam envolvidos, desde o início do processo de construção do IOC, com os trabalhos manuais ou técnicos (o termo *técnico* não está acompanhado obrigatoriamente da formação profissional no âmbito de uma educação institucionalizada), e por isso considerados de menor importância.

Na leitura do “Livro de Acentados”⁹, podemos observar por exemplo, como determinado trabalhador ao entrar como Servente de 1º Classe, em fins da primeira década do século XX, se

⁸ BENCHIMOL, Jaime. Retratos do cotidiano em manguinhos. Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz; 1(1) nov. 1989. Ao apresentar as funções e cargos que constituíram o IOC utiliza o termo para defini-los. Além de salientar que *Manguinhos é um microcosmo socialmente hierarquizado, onde convivem dois mundos: os dos pesquisadores e o dos subalternos. Entre eles interpõem-se relações de hierarquia muito bem definidas que, no entanto, aparecem eivadas de ambigüidades na convivência dos cientistas com seus auxiliares* p. 31.

⁹ O “Livro de Acentados” faz parte da documentação disponível no acervo do IOC. Todos os trabalhadores, nas primeiras décadas do século XX, eram ali registrados quando começavam a trabalhar no Instituto. O primeiro nome do livro é o de Oswaldo Cruz, no entanto, o caderno de registro de trabalhadores era o mesmo para as diferentes funções e cargos existentes. Além do Livro de

tornava Auxiliar de Laboratório no final da segunda década, já que a mudança de função não implicava na exigência da formação profissional. As mudanças de atividades no trabalho nas primeiras décadas do século XX, ocorriam, principalmente, a partir da necessidade de ampliação dos quadros de trabalhadores que manuseassem os equipamentos dos laboratórios, acompanhando, dessa forma, o movimento da ampliação das pesquisas e fabricação de vacinas e medicamentos no IOC.

Mas isso não era regra, porque uma “promoção” poderia ocorrer, por exemplo, após o retorno da sua participação, como trabalhador do Instituto, na Expedição para Madeira-Mamoré, no combate a malária, liderada pelo diretor do IOC. Após a sua volta, esse trabalhador sairia da situação de Servente para a função de Distribuidor de Soro e Vacinas. E não pararia aí as alterações no seu “enquadramento funcional”. Diante de uma emergência poderia ser nomeado desenhista, enquanto houvesse necessidade de ocupação do cargo, retornando no ano seguinte (1922) à função anterior. Porém, em meados da década de 20, lá estava ele como Acondicionador de Serviços de Medicamentos Oficiais.

E aqui, retomamos Neville Kirk para pensarmos sobre essa diversidade de funções dos “trabalhadores subalternos”. O que criava identidade de classe para esses trabalhadores? Nessa trajetória que levava o trabalhador do IOC a passear por tantas funções e profissões, boa parte deles não podia dizer “eu sou isso ou aquilo” ou “eu sou um prático de laboratório” ou “eu sou um desenhista” “ ou “ eu sou um servente” durante muito tempo. Muitas vezes esse trabalhador podia, também, ser surpreendido pela extinção da sua função, reflexo da ordenação do Estado em torno das coisas da saúde.

A identidade dos trabalhadores de Manguinhos também não era dada pela formação profissional formal, porque majoritariamente esses trabalhadores aprendiam o seu ofício no cotidiano de seu trabalho¹⁰. Talvez deveríamos buscar em algumas “ausências” a construção da identidade desses trabalhadores. Boa parte dos trabalhadores das três primeiras décadas do século

Acentados, minha pesquisa tem percorrido outros acervos do IOC. As observações iniciais contidas nesse texto sobre os trabalhadores, obedece as leituras que fiz até agora a partir desses documentos.

¹⁰ BENCHIMOL, Jaime. Op. Cit. p 31

XX, não possuíam nenhum nível de escolarização ou possuíam apenas o nível primeiro, completo ou incompleto.

“ A complexa rotina dos laboratórios de Manguinhos dependia, em larga medida, do concurso de uma categoria muito especial de funcionários, os auxiliares de laboratório, em sua maioria recrutados pelos cientistas entre os serventes que trabalhavam nas oficinas. Na verdade, o quadro funcional do Instituto não contemplava ainda a figura do auxiliar ou técnico de laboratório – como “técnicos” eram designados os cientistas, e como subalternos, mais precisamente como serventes, seus auxiliares. Contudo, para estes funcionários, ingressar no laboratório significava galgar um patamar privilegiado nas relações de hierarquia funcional e enveredar por um novo universo de experiência de vida e de trabalho.¹¹

Trabalhar no Instituto de Manguinhos para os trabalhadores subalternos significava a conquista de um trabalho ao lado de casa, o que facilitava a vida de qualquer um que não precisaria mais sofrer as dificuldades de locomoção para uma região de mangues e da quase escassez dos trens. O IOC foi construído ocupando parte do Morro do Amorim¹², local de moradia de uma população pobre que vinha sendo expulsa do Centro da Cidade do Rio de Janeiro, e, por outro lado, era atraída pelas proximidades com o Instituto e a possibilidade de trabalho lá. Nas primeiras décadas de existência do Instituto, muitos trabalhadores eram recrutados no Morro e aqueles que trabalhadores que vinham de longe, em alguns casos, tinham a permissão para a

¹¹ BENCHIMOL, Jaime. Op. Cit. p. 23.

¹² Na sua origem o IOC foi criado como Instituto Soroterápico Federal em 1900, para a produção de soros e vacinas contra a peste bubônica, que já se espalhava pelo país através dos portos desde final do século XIX. As questões que envolvem a criação do Instituto, a figura de Oswaldo Cruz e o processo de modernização, urbanização, saneamento, e conflitos sociais na capital da República já foram tratadas de forma bastante extensa por uma historiografia especializada. Na aproximação do Estado ao discurso da ciência moderna, Oswaldo Cruz, em 1903, então diretor do Instituto, assume o cargo de Diretor Geral de Saúde Pública. É nesse momento que observamos o impulso dado ao Instituto Soroterápico, no aumento verbas para a ampliação das pesquisas de produção de soros, vacinas e produtos biológicos. Segundo Benchimol, Jaime. Op.Cit., durante a primeira década do século XX, podemos observar a consolidação das pesquisas em diversos setores, desde o campo da bacteriologia à hematologia, por exemplo.

construção de moradia no terreno do IOC. Trabalhar e viver nas redondezas do Instituto, isso com certeza forjava a identidade desses trabalhadores.

No processo de ampliação de seu recurso orçamentário (tendo como ponta a venda de vacinas que se diversificam cada vez mais) do IOC, durante as duas décadas seguintes, novos regulamentos foram criados, inclusive, no arranjo do quadro de funcionários e com eles a ampliação do número de trabalhadores subalternos. A reordenação das áreas de pesquisa do Instituto, a divisão de novas seções (bacteriologia e imunidade, zoologia médica, micologia e fitopatologia, anatomia patológica, hospitais e química aplicada) redefinem o lugar dos pesquisadores e orientam a alocação dos trabalhadores subalternos¹³.

Os anos 30 são marcados pela política do Estado que avança, através do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), nas ações governamentais que buscavam consolidar uma estrutura de serviços de saúde em todas as regiões do País. Através de estratégias que reforçavam uma organização burocrática para a nação que se queria construir, estabelecia-se, nesse processo, a aproximação com as instancias de poderes estaduais. Existia um caminho que precisava ser delineado no sentido da construção da organização e expansão das políticas públicas de saúde. O Departamento Nacional de Saúde, foi criado em 1937, na esteira dos programas emergenciais produzidos pelo Estado Novo. As primeiras ações do DNS instituíram a normatização da área da saúde através da elaboração de leis, regulamentos e códigos sanitários “(...)objetivavam padronizar as atividades dos diversos serviços de saúde nos estados em seus mínimos detalhes, conjugando uma centralização normativa com uma descentralização executiva (...)”¹⁴ A partir de 1941 as ações do Ministério são ainda mais centralizadoras nas reformulações institucionais que, inclusive, atingiam a formação e especialização de profissionais vinculados à área da saúde. Nesse movimento, observou-se a implantação de diversas categorias funcionais.

¹³ BENCHIMOL, Jaime. Op. Cit. p. 20.

¹⁴ FONSECA, Cristina M. Saúde Pública no Governo Vargas in PONTE, Carlos Fidelis e FALLEIROS, Ialê. Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história. Rio de Janeiro: EPSJV/ Fiocruz, 2010.p.139

(...) as carreiras que mais interessavam à tarefa sanitária eram as de médico sanitarista, médico clínico para o dispensário, técnico de laboratório, engenheiro, dentista, veterinário, enfermeira, guarda sanitário, prático de laboratório e atendente. Para eles foram realizados cursos de especialização em diferentes estados do Brasil, assim como se passou a exigir concurso para ingresso na carreira pública. e todas viriam a desempenhar, durante os anos seguintes, papel relevante nas estruturas institucionais da saúde pública ¹⁵

Foi também na década de 1930 que instalou-se a primeira unidade de produção de vacinas do IOC, por meio de cooperação firmada com a Fundação Rockefeller¹⁶. Durante a década a Fundação intensificou suas atividades, estreitando os laços com as Instituições do Estado Brasileiro, principalmente àquelas do combate da febre amarela. Essa aproximação deu maior impulso às ações da Fundação, levando à absorção do formato de organização dos seus processos administrativos e de produção, pelas instituições da saúde no Brasil. As atividades de laboratório foram dinamizadas a partir das campanhas de erradicação do mosquito vetor da febre amarela, na

¹⁵ _____. Op. Cit. p.140.

¹⁶ *Criada em 1913, no contexto de remodelação dos códigos sanitários internacionais vivenciada no início do século XX e com o objetivo de implementar medidas sanitárias uniformes no continente americano, consolidou-se nessa época uma ampla rede de organizações internacionais, cujo financiamento provinha, em sua maior parte dos Estados Unidos. Instituição filantrópica e de cunho científico, ela atuou prioritariamente nas áreas de educação, medicina e sanitário. Estava associada a um grande grupo industrial e comercial norte-americano, liderado pelo milionário John D. Rockefeller, e prorrizou o campo da saúde pública, atuando inicialmente no sul dos Estados Unidos, mas depois estendeu seus métodos de trabalho a outros países que apresentassem necessidade de controle e erradicação de moléstias, tais como ancilostomíase, febre amarela e malária. Por meio da recém criada Junta Internacional de Saúde e com Base em convênios de cooperação com instâncias governamentais federal e estadual em diversos países, teve sua atuação estendida a grande parte da América Latina. Chegou ao Brasil em 1916 e logo entrou em contato com importantes cientistas do país. No entanto, data de 1923 o estabelecimento do seu convênio com o governo brasileiro, que garantiu a cooperação médico-sanitária e educacional para programas de erradicação das endemias, problema grave e caro ao governo, sobretudo em relação às regiões do interior, onde os trabalhos se concentram no combate à febre amarela e mais tarde à malária. (...)A partir de 1940, com o laboratório já montado e fabricando a vacina antimalárica, a Fundação Rockefeller vai paulatinamente transferindo o controle dessas atividades para o já estruturado Serviço Nacional de Febre Amarela, até que, em 1950, retirou-se formalmente do controle dessas atividades, passando a direção do laboratório de pesquisa e de produção da vacina para o Instituto Oswaldo Cruz (IOC) COC- Fiocruz. Extraído da apresentação do Fundo Fundação Rockefeller.*

“luta” encampada pela Rockefeller, voltada para a produção das vacinas. Entre 1931 e 1939 a Fundação Rockefeller dinamizou a sua cooperação com o governo Brasileiro constituindo uma vinculação com o Serviço Cooperativo da Febre Amarela(1930) e posteriormente com o Serviço Nacional de Febre Amarela (1940). No estreitamento da cooperação com o governo brasileiro, a aproximação com o Instituto Oswaldo Cruz . Em 1937 foi inaugurado o prédio do Laboratório de Histopatologia de Febre Amarela, em Manguinhos, que fazia todo o trabalho de pesquisa , diagnóstico e produção de vacina contra a Febre Amarela. Em 1941, todas as atividades de pesquisa da Fundação Rockefeller foram transferidas para o novo prédio. Também em 1940, através de decreto, foi criado o Serviço Nacional de Febre Amarela (SNFA), que determinava que a fabricação da vacina e as pesquisas científicas relativas à febre amarela seriam realizadas no IOC.

Havia um trabalho cooperativo entre o laboratório da Rockefeller e o SNFA. O laboratório fazia o *trabalho de pesquisa , diagnóstico e produção de vacina contra a febre amarela e o SNFA fazia o trabalho de vacinação , de viscerotomia , além de fornecer os dados epidemiológicos das regiões*. Para isso o SNFA dividia o Brasil em circunscrições e setores cujos chefes se encarregavam de organizar os postos de viscerotomia para a coleta de amostras de fígados dos indivíduos .O laboratório de histopatologia da Rockefeller analisava e divulgava o diagnóstico . *Os programas de vacinação eram feitos de acordo com os dados epidemiológicos das regiões, de modo que os médicos faziam um diário de campo que deveria ser remetido e “submetido” ao Rio de Janeiro, devendo chegar ao laboratório de histopatologia e ao SNFA.*¹⁷

Toda essa explanação em torno da aproximação da Fundação Rockefeller às Instituições ligadas ao Ministério, serve como base para algumas reflexões finais. No processo de expansão do discurso e práticas das políticas de saneamento para a América Latina, alargou-se, pelas vias do discurso da saúde, o domínio estadunidense sobre o continente, fortalecendo as novas formas de exploração do trabalho no mundo capitalista. Podemos afirmar que não só os financiamentos das pesquisas científicas tomaram impulso, mas os próprios processos de trabalho neste campo e no

¹⁷ Como não aprofundaremos a análise da presença da Rockefeller no Brasil , sugerimos a leitura do artigo *Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional* de Elisabete Kobayashi e outros(2009) , já que faz importantes considerações sobre a atuação da Fundação na aproximação com o movimento Sanitarista e a relação de ambos com um projeto de eugenia.

campo da saúde, propriamente dita, sofreram transformações consideráveis. Podemos observar isso através das relações de trabalho dos trabalhadores subalternos do IOC.

Chamamos a atenção para o contraste entre este padrão e os critérios tayloristas de organização do trabalho que regiam os serviços de febre amarela criados pela Fundação Rockefeller no campus de Manguinhos, onde cada indivíduo tinha uma tarefa precisa em engrenagens nitidamente diferenciadas e hierarquizadas.¹⁸

Ao longo das décadas de 1930 e 1940, aquele trabalhador de múltiplas habilidades vai “desaparecendo” de Manguinhos. Brincando com as imagens, o “Muro de Manguinhos” o expulsa de seu território. De outro lado, aproximando-se desta nova “racionalidade” no trabalho, as políticas de formação profissional implementadas pelo Estado Brasileiro, subtraíram do trabalhador muitas das suas habilidades manuais e os saberes de seus diferentes ofícios. Profissionalizar, através no Estado Vargas, era formar para o trabalho, e não para o trabalho criativo.¹⁹

Ao retomar a trajetória do trabalhador do IOC, a partir da leitura dos documentos já citados, posso fazer referência a um trabalhador que assumindo a sua função em 1937, como servente, chega ao ano de 1949 sem ter passado por nenhuma outra função. O exemplo pode parecer descabido, por ser único, mas, ao mesmo tempo, ilustra as nossas inquietações.

¹⁸ BENCHIMOL, Jaime. Op. Cit. p. 31.

¹⁹ Para uma discussão mais aprofundada da questão da profissionalização, a obra de Naira Lisboa Franzoi. Entre a formação e o Trabalho: Trajetórias e identidades profissionais. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006. traz importantes questões, destacando a resignificação do termo profissão para pensarmos as identidades profissionais.